

POLÍTICA E EDUCAÇÃO: O ENSINO NORMAL NA CIDADE DE CAMPANHA (MG)

Ana Cristina Pereira Lage

FE . UNICAMP – mestrado

Este trabalho pretende analisar as relações políticas e educacionais na cidade de Campanha (MG), mais precisamente através do movimento de supressão da Escola Normal (1873-1905) pública e da instalação do curso normal no Colégio Nossa Senhora de Sion (1904-1965) na referida cidade. Acredita-se que este movimento passa pelas questões políticas da cidade, uma vez que as questões educacionais neste início do século XX, estão intimamente ligadas às disputas políticas.

Para realizar tal pesquisa, principalmente relativa à antiga Escola Normal, temos que buscar nas notícias de jornais locais da época¹, esta relação política e educacional. Através destes periódicos podemos verificar as notas dos exames prestados, o nome dos alunos, dos professores e, particularmente, as notícias relativas às questões financeiras e as apreensões quanto ao fechamento da Escola. Por outro lado, também percebemos as manifestações sobre a implantação do Colégio Nossa Senhora de Sion na cidade.

Através do levantamento de fontes – principalmente dos jornais citados - e da leitura de alguns memorialistas do século XIX e início do século XX que retratam a História da cidade de Campanha, pode-se perceber que a instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion não teve somente um caráter educacional, mas também teve em seus bastidores uma intencionalidade política de dismantelamento da antiga Escola Normal da cidade para a implantação da Escola Normal no Colégio Sion. Para esta discussão é necessário entender o papel da cidade no momento da Proclamação da República, os seus líderes políticos e os desdobramentos do “ Movimento Separatista Sul-Mineiro” de 1892².

A Escola Normal de Campanha, a segunda instalada em Minas Gerais, foi criada pela Lei Provincial no. 1769 de 1871 e passou a funcionar a partir de setembro de 1873. Teve como modelo a Escola Normal de Niterói e contou com grande prestígio e fama. No início de 1889, Benjamim Constant visitou as obras de restauração da Escola Normal de Campanha e

deixou registrado no *Livro de Visitantes*³ da Escola, anotações sobre o prédio, os auxílios dados à Instituição, o plano de ensino, o regime da Escola e o número de alunos. Da escrita de Benjamim Constant sobre a Escola Normal de Campanha, podemos salientar a questão da co-educação, a preocupação com o espaço escolar, com as matérias ensinadas e a valorização da mulher em seu papel de educadora. Cabe ainda ressaltar a preocupação do diretor da época em angariar recursos junto à comunidade local para as reformas e a obtenção de móveis escolares.

O repasse de verbas do Estado para as Escolas Normais nunca foi suficiente. Em um artigo de jornal de 1898 critica-se as péssimas condições de salários dos professores mineiros pois existem nesta época 15 Escolas Normais no Estado , que habilitam muitos professores que jamais se dedicarão ao ensino. Reivindica então ao governo mineiro a diminuição do número de escolas públicas⁴.

Neste mesmo ano, em 04 de dezembro de 1898, o *Monitor Sul Mineiro* publica que o Estado suprimiu 201 escolas públicas devido a dificuldades financeiras e à falta de frequência de alunos. Na edição seguinte anuncia a matrícula de 313 alunos na Escola Normal de Campanha. O número de alunos matriculados é significativo para a época, mas as notícias de provável fechamento desta instituição são constantes. Como fechar uma Instituição de ensino tão bem aceita e procurada na região sul-mineira? A desculpa da falta de alunos não pode ser utilizada...

Mas o diretor da Escola Normal neste momento é o Dr. Ferreira Brandão, médico, antigo chefe do Partido Republicano, antigo Deputado Federal, um dos mentores do movimento separatista...inimigo político de algumas pessoas influentes neste momento, inclusive o Presidente de Minas, Silviano Brandão (1898-1902), o qual através da lei no. 318 de 16 de setembro de 1901, altera a estrutura das Escolas Normais. Nesta lei, por medidas de economia, todas as escolas normais do estado deveriam ser suspensas, os professores que mantivessem no exercício de suas funções teriam a diminuição de seus vencimentos e os cargos de inspetores extraordinários de instrução seriam extintos. As Câmaras municipais entrariam em acordo com o governo e poderiam passar a manter tais escolas. Não podemos

afirmar se a Câmara de Campanha ajudou no funcionamento da Escola Normal pois a Ata da Câmara deste período desapareceu. Podemos apenas afirmar que são constantes as notícias nos jornais *A Campanha* e *O Monitor Sul Mineiro* sobre a falta de pagamento dos professores.

Estes jornais também publicam notícias sobre a má administração do Diretor da Escola, e aparecendo até notícias de difamação pessoal do mesmo. Tais notícias começam em 1901. No início do ano de 1905, as notícias culminam com uma acusação de abuso sexual de menores pelo Diretor da dita Escola Normal. O Dr. Ferreira Brandão resolve então abandonar a cidade.

O fato é que a Escola Normal perdeu o seu Diretor, mas o fechamento não foi automático. Durante todo o ano de 1905 são publicadas notícias nos jornais locais que afirmam tal funcionamento: matrículas e formaturas de alunos. Publica-se também que os professores foram declarados em disponibilidade, recebendo metade dos salários.

No ano seguinte, o Presidente de Minas, João Pinheiro, decreta através da lei no. 439 de 28/09/1906, que o Estado deve criar 05 novas Escolas Normais. Os professores campanhenses em disponibilidade participam de uma reunião em Belo Horizonte e são convidados a participar da fiscalização do ensino primário do Estado. A Escola Normal de Campanha não tem mais professores e só seria reestruturada e voltaria a funcionar no ano de 1929.

O que aconteceu com os alunos da Escola Normal? Através do *Livro de Notas do Curso Normal Colégio Nossa Senhora de Sion (1906-1909)*⁵, podemos encontrar a transferência de três alunas da antiga Escola Normal para o curso Normal do Colégio Sion. Percebemos que as três cursaram até o ano de 1904 na primeira Escola e somente concluíram o curso após 1906 no Colégio Sion. Mas este número de transferidas é insignificante com relação ao grande número de matrículas apresentadas na antiga Escola Normal.

Enquanto os jornais locais publicavam notícias sobre as dificuldades da Escola Normal, também publicavam notícias sobre a instalação do Colégio Sion em Campanha. Sua implantação foi uma proposta de alguns representantes políticos e religiosos da região. Foi

uma iniciativa do Padre Natuzzi, diretor do Noviciado Jesuíta da cidade, do Dr. Joaquim Leonel de Rezende Filho, Deputado Federal; e do Dr. Gabriel Valladão, promotor de justiça da cidade e filho do antigo chefe do Partido Conservador. O Dr. Leonel Filho visitou o Colégio Sion de Petrópolis e conversou com a Madre Superiora, Mère Angelina. Posteriormente, a Madre Superiora veio até Campanha para escolher um local adequado para instalar a nova escola. Foi escolhido um imóvel um pouco retirado da cidade, um palacete que pertencera ao Senador Evaristo da Veiga e onde, no final do século XIX, funcionara um *Hotel Sanitário*. Era um local de descanso para curar pessoas com problemas pulmonares e o clima era propício para a cura destas doenças, além da proximidade das diversas fontes de água mineral.

O Colégio de Sion instala-se em Campanha no dia 16 de outubro de 1904. Pode-se saber muito pouco sobre as primeiras “meninas de Sion”, pois as atas que contém nomes e notas das mesmas são referentes ao ano de 1906. Segundo o diário da primeira superiora, Mère Dieudonée, neste dia foram matriculadas 17 alunas.

Os artigos dos jornais demonstram a necessidade de implantar na cidade uma educação que estivesse voltada para o desenvolvimento e o progresso da cidade. Têm até um caráter redentor contra a “lethargia” presente na sociedade campanhense da época. A educação, neste momento, dialoga com o discurso político, atende às suas necessidades, quais sejam: desenvolver determinadas aptidões para apreender o discurso da ordem e alcançar o progresso. A escola celebrava a política republicana através da divulgação de seu ideário, corporificando os seus símbolos e valores. A instalação do Colégio na cidade ia de encontro às ansiedades dos políticos e da elite local pois “salvaria” a todos do “definhamento” em que se encontrava a cidade. Um definhamento declarado com os problemas pelos quais passava a antiga Escola Normal de Campanha.

Já no ano de 1905, o Sr. Bráulio de Vilhena Junior, o qual havia sido acusado pelo jornal *A Campanha* por tentar difamar a reputação do Diretor da Escola Normal, e que assumiu o cargo de Secretário de Finanças do Governo João Pinheiro no ano seguinte, foi o responsável em negociar a equiparação da Escola Normal do Colégio Sion à Escola Normal

de Ouro Preto. O jornal *A Campanha*, manifesta a sua preocupação com relação à supressão da Escola Normal que adviria da equiparação do Colégio Sion⁶. No ano seguinte a Escola Normal de Campanha já não funciona mais e o Colégio Nossa Senhora de Sion recebe parecer favorável para o seu Curso Normal. Desta vez era *O Monitor Sul Mineiro*⁷ que noticiava a necessidade de “educar” futuras boas mães e esposas.

É claro que muitas das normalistas procuravam na educação um meio de alcançar uma certa “liberdade”, conseguindo sair da esfera domiciliar e integrar-se na esfera do trabalho enquanto professoras. Mas a grande maioria buscava educar-se nos moldes comportamentais mais rígidos e refinados da época com intuito casadoiro. O próprio currículo demonstra a necessidade de educação para um futuro no lar...

Estas “Meninas de Sion” pertenciam às principais famílias da região Sul Mineira. Faziam parte de um novo ideário que estava sendo implantado na cidade. Fechava-se a Escola Normal de Campanha, ligada à participação do Presidente do Partido Republicano, atuante no Movimento Separatista de 1892, o Dr. Ferreira Brandão, na sua direção nos momentos finais. Era também uma escola voltada para a co-educação, para o externato e elogiada pelo positivista Benjamim Constant. Seus princípios feriam o discurso pregado pelo movimento do ultramontanismo.

Tal discurso ganha terreno no solo campanhense através atuação dos políticos conservadores e da Igreja local. Entra em cena uma escola normal feminina, que tem a maioria de suas alunas internas e poucas semi-internas. Uma escola para formar esposas e mães competentes para divulgar o discurso católico.

1A *Campanha* e *O Monitor Sul Mineiro* – Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Campanha / MG

2Martiniano da Fonseca Reis Brandão iniciou um movimento de separação da região sul-mineira do restante do Estado no dia 31 de janeiro de 1892. Proclamaram o Estado de Minas do Sul, tendo como chefe o Sr Martiniano e a cidade de Campanha tornou-se a Capital. Logo que tem início o Movimento Separatista em Campanha, o Presidente da Província, Cesário Alvim, renunciou ao seu cargo (02 de fevereiro). Foi então enviado um contingente de 200 soldados pelo governo de Minas, mas quando chegaram na região, a junta governativa já havia sido desfeita. Os Deputados Federais Ferreira Brandão e Leonel de Rezende Filho negociaram junto ao Governo Federal a anistia aos revolucionários, principalmente do líder, irmão do primeiro e cunhado do segundo.

3Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, Campanha/MG

4O *Monitor Sul Mineiro*, Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, Campanha/MG

“De todos os alumnos que na escola normal desta cidade se distinguirão pela intelligencia

e aplicação, quase que podemos afirmar que poucos de entre elles seguirão a carreira do magistério, entregando-se todos os demais a outros meios de vida, meios muitas vezes penosos, porém de melhores resultados que os do magistério primário. (...)

Seria preferível que o governo desde já diminuísse o numero de escolas publicas, acto que em nada prejudicará a instrucção , porque muitas são as localidades que tem escolas em numero superior ao que póde comportar, para assim augmentar a gratificação dos nossos professores primários.”

5Acervo Centro de Memória Cultural do Sul de Minas, UEMG - Campanha

6A *Campanha*, 20/11/1905 – Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, CampanhaMG

“No character official de fiscal do governo, chegou à esta cidade o provecto professor da Escola Normal de Ouro Preto, o sr. Luiz Peçanha, que vem syndicar para emittir parecer, das condições pedagógicas do Collegio de Sião desta cidade, que pretende equiparação das Escolas Normaes do Estado.

Não será isto o prenuncio certo da suspensão por tempo indeterminado da nossa Escola?”

7O *Monitor Sul Mineiro*, 19/01/1906, Acervo Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort, CampanhaMG

“ O abalisado e competente professor Sr. Peçanha cujo nome é uma garantia, para o governo, depois de rigoroso exame, como fiscal de Instrucção, vio com a perspicácia intelligente de Mestre, quanto lucrava o Estado com esta equiparação

(...) onde os Paes e mães podem perfeitamente deixar suas filhas com a segurança de que gozarão n'ella de todo o conforto e de tudo quanto a hygiene mais rigorosa exige modernamente.

A instrucção dada em Sião é completa, seu programma de ensino satisfaz todas as exigências atuais,...

Se além da Instrucção tocássemos na educação moral que se recebe em Sião, veríamos que toda ella é baseada na rectidão de uma consciência moldada pelas regras do Evangelho.

É ella que forma as esposas fiéis, as filhas dedicadas e as donas de casa segundo o typo da mulher forte, da Sagrada Escriptura.

Quantos Paes e quantos maridos não se achão hoje encantados de possuírem no seu lar, essas pedras preciosas lapidadas segundo os methodos de Sião.”